

COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM

# Termo de Referência 16/2026

## Informações Básicas

Número do artefato UASG	16/2026	160413-COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM	Editado por	LETICIA SILVA DA SILVA	Atualizado em	30/04/2026 11:19 (v 0.16)
Status	ASSINADO					

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	23/2026	65402.000705/2026-97

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aparelhos de ar condicionado e mobiliário em geral, visando atender a Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria (B Adm Gu SM), as Organizações Militares vinculadas administrativamente constantes no Apêndice D e as Unidades Gestoras constantes no Apêndice A, como Órgãos Participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nr do item	CAT MAT	Descrição detalhada	Und	Soma qtdes	Valor estimado	Qtde x Valor	Participação
1	326214	APARELHO AR CONDICIONADO, capacidade refrigeração: 12.000 BTU/H, tensão: 220 V, tipo: split de parede, características adicionais: ciclo reverso (quente/frio). INVERTER.	UND	139	R\$ 2.037,63	R\$ 283.230,57	Ampla Participação
2	305365	APARELHO AR CONDICIONADO, capacidade refrigeração: 18.000 BTU/H, tensão: 220 V, frequência: 60 hz, tipo: split, modelo: parede, características adicionais: controle remoto sem fio, ciclo reverso (quente/frio). INVERTER.	Und	102	R\$ 3.636,55	R\$ 370.928,10	Ampla Participação
3	305288	APARELHO AR CONDICIONADO, capacidade refrigeração: 24.000 BTU/H, tensão: 220 V, frequência: 60 hz, tipo: split, modelo: parede, características adicionais: controle remoto sem fio, ciclo reverso (quente/frio). INVERTER.	Und	102	R\$ 4.793,35	R\$ 488.921,70	Ampla Participação
4	352863	APARELHO AR CONDICIONADO, capacidade refrigeração: 30.000 BTU/H, tensão: 220 V, frequência: 60 hz, tipo: split, modelo: parede, características adicionais: controle remoto sem fio, ciclo reverso (quente/frio). INVERTER.	Und	75	R\$ 7.872,30	R\$ 590.422,50	Ampla Participação

5	397101	APARELHO AR CONDICIONADO, capacidade refrigeração: 9.000 BTU, tensão: 220 V, frequência: 60 hz, tipo: split, modelo: parede, características adicionais: controle remoto sem fio, ciclo reverso (quente/frio). INVERTER.	Und	105	R\$ 1.999,00	R\$ 209.895,00	Ampla Participação
6	239608	APARELHO AR CONDICIONADO, capacidade refrigeração: 58.000 BTU/H, tensão: 220 V, frequência: 60 hz, tipo: split, modelo: parede, características adicionais: controle remoto sem fio, ciclo reverso (quente/frio). INVERTER.	Und	52	R\$ 14.129,00	R\$ 734.708,00	Ampla Participação
7	461106	ARMÁRIO AÇO - quantidade de portas: 4, tamanho da porta: grande - ventilação: veneziana - montável: não - chapa: 22 - fechamento: pitão para cadeado - quantidade de chaves: 2 - quantidade de cabides por porta: 2 - utiliza parafusos: sim - pés removíveis: não - pintura cinza: lisa - dimensões aproximadas: 1990x1225x420 mm (AxLxP).	Und	146	R\$ 1.516,37	R\$ 221.390,02	Ampla Participação
		ARMÁRIO DE AÇO - tipo roupeiro, com 02 (duas) portas, sendo 01 (uma) superior e 01 (uma) inferior com fecho para cadeado em cada porta, pintura epóxi, corpo do armário a ser definida (branco gelo, cinza ou verde- oliva), com medidas externas mínimas de altura 1925mm x					

8	460817	largura 350mm x profundidade 400mm, corpo em chapa bitola mínima de 0,60mm, porta em chapa com bitola mínima de 0,60 mm com reforço interno, pés galvanizados em chapa de aço bitola mínima de 2mm e com orifícios para ventilação interna no corpo do armário.	Und	214	R\$ 440,39	R\$ 94.243,46	Ampla Participação
9	601719	ARMÁRIO DE AÇO 2 PORTAS - tratamento antiferrugem, pintura epóxi, cor a ser definida (cinza, branco gelo ou verde-oliva), fixação portas com dobradiças, tipo fechamento portas com fechadura, quantidade prateleiras 04, dimensões mínimas 1,98mx1,04mx0,50m, (AxLxP) tipo aço 22, quantidade chaves 02, características adicionais desmontável, prateleiras reguláveis/removíveis, material chapa aço 22, característica portas com chave e puxador.	Und	456	R\$ 1.936,67	R\$ 883.121,52	Ampla Participação
		ARMÁRIO EM MDF. Alto fechado, dimensões mínimas 1750mm x 1000mm x 450mm (AxLxP), com 2 portas de abrir e três prateleiras em MDF em espessura 44mm nas laterais, 15mm nas portas, na coluna central, nas prateleiras e costas, tampo 9mm sobreposto ao tampo de 15mm, totalizando 24mm. Revestimento do MDF em lâmina de baixa pressão (BP). Equipada com quatro sapatas metálicas com regulagem de altura e revestimento em					

10	469329	polipropileno (PP). Acabamento em vidro preto pintado e temperado com 4mm de espessura na coluna central posicionada entre as portas. Portas equipadas com dobradiças em aço e proteção antioxidante. Sistema de abertura através da cavidade posicionada na coluna central, sem puxador. Acabamento de borda com 1mm de espessura em poliestireno (PS). Rodapés 60mm de altura e 25mm de espessura. Cor a ser definida (fresno).	Und	103	R\$ 1.028,99	R\$ 105.985,97	Ampla Participação
11	361371	ARQUIVO METÁLICO em chapa Nr 24, vertical medindo aproximadamente 135x50x70 cm (AxLxP), com 4 gavetas deslizantes, com estrutura completa para armazenamento de pastas suspensas, na cor cinza, com chave.	Und	72	R\$ 1.524,96	R\$ 109.797,12	Ampla Participação
12	483343	BALCÃO EM MDF branco resistente a umidade, medindo aproximadamente 2,51m x 0,92m x 0,47m, com quatro portas de correr com trilho de metal e uma prateleira interna, puxador cava em alumínio, sob tampo já existente.	Und	63	R\$ 1.202,04	R\$ 75.728,52	ME/EPP
13	461687	BANCADA COM DUAS GAVETAS E TAMPO DE MADEIRA. Dimensões Mínimas: - Alt. 1500mm - Larg. 800mm - Comp. 2000mm – Capacidade: 220kg - Tampo em madeira de Angelim bi-colado - Alt. 45mm -	Und	49	R\$ 2.780,86	R\$ 136.262,14	Ampla Participação

		Larg. 800mm - Comp. 2200mm.					
14	327329	BANCO, tipo de praça, nº 01. Material: ripas de madeira, estrutura de ferro. Medidas aproximadas: 1,50 x 1,80 x 0,82 m.	Und	68	R\$ 674,50	R\$ 45.866,00	ME/EPP
15	387910	BANQUETAS GIRATÓRIAS - Assento de Couro sintético, Cor Preto, Material: assento e encosto em madeira curvada, estofados (D24) e revestidos em Curvim, base em aço com acabamento cromado, pistão à gás. Descrição do Tamanho aproximado: Altura 80-90 cm, Largura 41 cm, Profundidade 49 cm, Altura do Encosto 31 cm, Altura do Assento ao Chão 63-83 cm	Und	61	R\$ 293,39	R\$ 17.896,79	ME/EPP
16	485893	CADEIRA DE ESCRITÓRIO. Tipo Diretor, espaldar médio, com sistema relax, braço em polipropileno, com pistão curso 100 mm, base giratória, revestida de espuma injetada de alta densidade (55 Kg /m) com espessura 50 mm (mínima), estofado na cor preta em couro sintético, 5 hastes e rodízios de duplo giro, suporta até 120 kg. Dimensões mínimas: Assento (estofado): 460x460 mm (PxL). Encosto (estofado): 440x430 mm (AxL). Garantia mínima: 12 meses.	Und	427	R\$ 546,67	R\$ 233.428,09	Ampla Participação
		CADEIRA DE ESCRITÓRIO. Tipo Presidente, para escritório, espaldar alto,					

17	234696	assento em espuma injetável e de alta densidade, espuma do assento 60mm e encosto 55mm; estrutura em aço, suporta peso real de no mínimo 130 kg, tipo base: giratória com 5 rodízios duplos em polipropileno, estrutura reclinável e giratória, base em aço, com apoio dos braços em polipropileno, regulagem de altura a gás, cadeira na cor preta, forração da cadeira em couro sintético. Dimensões aproximadas Altura: 118cm, Largura: 74cm, Profundidade: 64cm. Garantia mínima: 12 meses.	Und	324	R\$ 786,04	R\$ 254.676,96	Ampla Participação
18	207095	<b>CADEIRA EM MADEIRA DE ANGELIM 92X39X38CM. ESPECIFICAÇÕES:</b> Cadeira em madeira de angelim com assento em MDF medidas aproximadas 39x38x47 cm (largura, comprimento, altura do chão); altura total de 92 cm; encosto em madeira com no mínimo 13 cm de largura; 4 pernas nas medidas 3x4x45 cm de largura, com reforços laterais, frontal e traseiro de 2x3x31 cm. Cadeira com encaixes na estrutura e fixação por parafusos e cola. GARANTIA: mínima de 12 meses.	Und	107	R\$ 299,99	R\$ 32.098,93	ME/EPP
19	482888	<b>CADEIRA ESCOLAR. Material Estrutura: Tubo Aço. Material Encosto: Polipropileno Injetado. Material Assento: Polipropileno Injetado. Características</b>	Und	401	R\$ 192,33	R\$ 77.124,33	ME/EPP

		Adicionais: Empilhável. Tamanho: Assento (400x430), Encosto 400x200) MM. Cor a ser definida pela contratante.					
20	475805	CADEIRA FIXA: material assento: espuma poliuretano injetado, material encosto: espuma poliuretano, material estrutura: tubo de aço, material revestimento assento e encosto: tecido, densidade espuma assento e encosto: alta, acabamento estrutura: pintado em epóxi, tipo base: fixo, tipo encosto: separado, ligado por tubo de aço, características adicionais: sem braço, tratamento superficial: fosfatizado anti- ferrugem, cor: preta. Tipo pé: 4 pés.	Und	265	R\$ 143,64	R\$ 38.064,60	ME/EPP
21	364039	CADEIRA ISO LONGARINA com 03 (três) lugares, assento /encosto injetados em polipropileno de alta resistência na cor verde, dimensões mínimas: assento 470x400 mm, encosto 460x310 mm, altura do assento entre 46 a 48 cm, altura total da cadeira 80 cm, estrutura de tubo 30x50 mm em chapa 18 (mínimo) na cor preta, com 2 (dois) pés, com ponteiros niveladoras de piso. Garantia mínima: 12 meses.	Und	239	R\$ 356,40	R\$ 85.179,60	Ampla Participação
		CLAVICULÁRIO. CAPACIDADE PARA 60 CHAVES. Armário em chapa de aço fosfatizada, com pintura epóxi na cor cinza.					



22	359944	Suportes para pendurar e chaveiros em poliestireno em alto impacto, com identificação sequencial por números. Fechadura tipo yale. Acompanha índice para controle das chaves. Medidas aproximadas: 40x40x6 cm (LxAxP), sendo admitido variação de 4cm.	Und	89	R\$ 576,14	R\$ 51.276,46	ME/EPP
23	478190	COFRE ELETRÔNICO com dimensões mínimas de 150x50x47 cm (AxLxP), com display e senha de 6 dígitos, Características Básicas: - 7 usuários com senhas diferentes (Administrador + 6 usuários); - Senha de Abertura de Emergência Descartável (decodificada pela fábrica); - Retorno Audível (beep) da Digitação Programável (ligado ou desligado); - Quantidade de tentativas de senhas erradas (programável); - Tempo de bloqueio após tentativas excedidas (programável); - Pannel frontal confeccionado em aço.	Und	29	R\$ 4.132,00	R\$ 119.828,00	Ampla Participação
24	459451	COLCHÃO DE CASAL linha hoteleira, de espuma, densidade “D-33”, com molas ensacadas individualmente, suporta até 120 kg por pessoa, medidas aprox. 1,28 x 1,88 x 0,2 a 0,35m, Tratamento antiácaro e antialérgico. Garantia mínima de 12 meses.	Und	17	R\$ 2.179,31	R\$ 37.048,27	ME/EPP
		COLCHÃO DE SOLTEIRO, linha hoteleira, de espuma,					

25	476823	densidade “D-33”, com molas ensacadas individualmente, suporta até 120 kg por pessoa, medidas aprox. 0,78 x 1,88 x 0,2 a 0,35m, Tratamento antiácaro e antialérgico. Garantia mínima de 12 meses.	Und	427	R\$ 999,90	R\$ 426.957,30	Ampla Participação
26	459468	COLCHÃO DE SOLTEIRO, linha hoteleira, de espuma, densidade “D-33”, com molas ensacadas individualmente, suporta até 120 kg por pessoa, medidas aprox. 0,88 x 1,88 x 0,2 a 0,35m, Tratamento antiácaro e antialérgico. Garantia mínima de 12 meses.	Und	327	R\$ 1.182,63	R\$ 386.720,01	Ampla Participação
27	254762	ESCRIVANINHA para computador em chapas de madeira ripadas e chapeadas de 20mm, e encabeçado com engrossamento de 4cm, na tonalidade mogno, dimensões aproximadas de (l x h x p) 1,50m x 0,80m x 0,50m, com espaço para o teclado, CPU e Estabilizador.	Und	140	R\$ 600,29	R\$ 84.040,60	Ampla Participação
28	485264	ESTACÃO TRABALHO, tipo baia em H, /medidas: painel lateral divisor 130 cm, largura 140 cm, altura 76 cm, profundidade 60cm, características adicionais canaleta passagem fiação rodapé /tampo inteiriço e largura perfil 4 cm, espessura perfil 4 cm, revestimento melamina post forming, aplicação composição ambiente trabalho, estrutura madeira aglomerada /aço, acabamento estrutura pintado em epóxi, material madeira	Und	109	R\$ 734,96	R\$ 80.110,64	Ampla Participação

		aglomerada mdf, material perfil pvc.					
29	485264	<b>EST AÇ Ã O</b> <b>TRABALHO,</b> tipo modular c/painel divisor, componentes 4 mesas em “L”, medidas aproximadas: comprimento 140 cm, largura 140 cm, altura 74 cm, profundidade 60cm, características adicionais canaleta passagem fiação rodapé /tampo inteiriço e m, largura perfil 4 cm, espessura perfil 4 cm, revestimento melamina post forming, aplicação composição ambiente trabalho, estrutura madeira aglomerada /aço, acabamento estrutura pintado em epóxi, material madeira aglomerada mdf, material perfil pvc.	Und	95	R\$ 4.284,17	R\$ 406.996,15	Ampla Participação
30	606944	<b>EST AÇ Ã O</b> <b>TRABALHO,</b> Tipo: Plataforma. Componentes: 01 Mesa. Comprimento mínimo: 120 CM. Largura: 70 CM. Altura: 0,76 M. Características Adicionais: Canaleta Passagem Fiação. Revestimento: Laminado Melamínico. Estrutura: Metal. Cor: Cinza. Espessura Tampo: 25 MM. Tipo Tampo: Madeira Mdp.	Und	76	R\$ 356,64	R\$ 27.104,64	ME/EPP
31	238171	<b>ESTANTE DE AÇO -</b> <b>com lateral e fundo</b> <b>fechados - Possui 6</b> <b>prateleiras - Capacidade</b> <b>de até 100 kg por plano</b> <b>(prateleira) - Prateleiras</b> <b>de armazenagem</b> <b>reguláveis - Prateleiras</b> <b>com bordas dobradas</b> <b>com 3ª dobra e reforço</b>	Und	182	R\$ 744,15	R\$ 135.435,30	

		de fundo - Reforço de borda, retentor. - Cor: Cinza – Dimensões aproximadas: 92,5 x 40 x 198 cm (largura x profundidade x altura) garantia 12 meses. Garantia mínima de 12 meses.					Ampla Participação
32	224847	<b>ESTANTE DE METAL</b> para depósito, com tampo em madeira e ajuste de altura, com as seguintes características: - estrutura constituída de 4 colunas com pés em borracha e 4 quadros com reforço extra na transversal, confeccionada totalmente em chapa de aço nº 14 (2mm) com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi pó na cor azul, Perfil perfurado em forma de ângulo reto onde são encaixadas as longarinas; - Prateleiras em madeira de 15mm ou mais; - Capacidade de carga por prateleira acima de 300 kg; - Dimensões A x L x P (MM): 2000 x 1800 x 600, pintura epóxi poliéster com camadas de, no mínimo, entre 50 e 75 microns.	Und	170	R\$ 675,00	R\$ 114.750,00	Ampla Participação
33	476419	<b>GAVETEIRO MÓVEL</b> – Gaveteiro voltante com 04 (quatro) gavetas dimensões aproximadas de 460 x 500 x 630cm (l x p x a), tampo em madeira mdp de 25 mm de espessura, corpo do gaveteiro em madeira mdp de 18 mm de espessura. Altamente resistente a impactos, sistema de abertura da gaveta através de	Und	105	R\$ 681,58	R\$ 71.565,90	ME/EPP

		puxador tipo alça de polipropileno.					
34	478450	<p><b>LONGARINA</b> para auditórios - padrão Diretor – 3 lugares, produzida conforme segue: Espuma: injetada, densidade mínima 45 Kg/m<sup>3</sup>, espessura média 8 cm, assento com bordas laterais e frontal arredondadas, Revestimento: couro sintético preto, com acabamento em costura dupla e bordas em perfil plástico PVC flexível de 15 mm. Estrutural do assento e encosto: em madeira compensada multilaminada ergonômica, com espessura mínima de 15 mm. Suporte de fixação do assento ao encosto: assento e encosto interligados por lâmina em chapa de aço carbono 1010/1020, com vinco externo de reforço, nas seguintes medidas: Altura 270 mm, Profundidade 220 mm, Largura 80 mm e Espessura de 4,7 mm. Braço fixo em chapa de aço carbono de espessura 4,75 mm. Pés com travessas horizontais em tubo de aço 50x30 mm. Sapatas de proteção dos pés em polipropileno 50x30 mm, rebitas na base da estrutura, para evitar que não se desprendam. A estrutura metálica na cor preta.</p>	Und	342	R\$ 2.004,21	R\$ 685.439,82	Ampla Participação
		<p><b>M E S A D E ESCRITÓRIO</b> medindo aproximadamente 140x74x60 cm (CxAxP), material estrutura tubo metálico, material</p>					

35	602389	tampo madeira aglomerada, revestimento tampo laminado melamínico texturizado, cor bege ou cinza, com 2 gavetas. Características Básicas: - mesa de escritório, material estrutura tubo metálico, material tampo madeira aglomerada; - cor tampo bege, padrão acabamento estrutura pintura em epóxi; - padrão acabamento tampo ergosoft boleado, cor estrutura bege ou cinza; - tipo gavetas com chave, gaveteiro fixo, espessura tampo 28 mm; - com bordas arredondadas.	Und	117	R\$ 622,99	R\$ 72.889,83	ME/EPP
36	485842	M E S A D E TRABALHO, em formato de “L” dimensões aproximadas (l x l x p x a): 1400 x 1400 x 600 x 730 tampo em madeira MDP de 25 mm de espessura, composta de partículas de pinus ligadas entre si por resinas sintéticas de ureia formaldeído, revestida com papéis impregnados com resinas melamínicas de baixa pressão (bp), em ambas as faces. Revestidas com fita de borda de PVC, com 2 mm de espessura em todos os lados, painel frontal em madeira MDP de 18 mm de espessura, revestidas com fita de borda de PVC, com 0,5 mm de espessura, estrutura lateral em chapa aço SAE 1020 estampado de 1,06 mm em forma oblongular no tamanho de 38 x 200 mm, com estampo central	Und	99	R\$ 824,00	R\$ 81.576,00	Ampla Participação

		estruturando a coluna e haste de tubo elíptico aço SAE 1020 de 20x45 mm com estampos nas duas extremidades com uma inclinação de 12 graus estruturando a haste, na parte superior uma barra chata 3/16 x 1 ½ x 392 mm. Garantia mínima: 24 meses.					
37	473224	MESA em aço inox e=1,2mm, medidas aproximadas: 120x70x90Cm; pés tubular de 1 e 1/2 Polegadas; contraventamento em tubo de 1 Polegada; saia de 40mm; com prateleira gradeada.	Und	64	R\$ 988,93	R\$ 63.291,52	ME/EPP
38	367711	MESA EM L tampo único em MDF de 25 mm, boleado nas bordas com pés metálicos com passagem para fiação, regulagem de nível, tampos com passagem de fiação direito e esquerdo, medindo no mínimo 160x160x60x74 cm, na cor cinza. Características Básicas: - Com extensor para teclado em MDF de 15 mm, com ferragens acoplado, sob mesa com trava, medindo no mínimo 600x350 mm; - Suporte para CPU MDF de 15mm com rodízios medindo no mínimo 270x500x680 mm, na cor cinza; - Gaveteiro MDF de 15 mm, volante com rodízios, 3 gavetas, com corrediças metálica, chave múltipla, todo na cor cinza, medindo no mínimo 400x400x400 mm. Garantia mínima: 24 meses.	Und	122	R\$ 1.275,04	R\$ 155.554,88	Ampla Participação

39	602620	<b>MESA ESCOLAR.</b> <b>Material Estrutura:</b> <b>Tubo 30/30. Material.</b> <b>Tampo: Mdf. Dimensões</b> <b>Tampo: 800 X 800 MM</b> <b>Altura: 600 MM. Cor:</b> <b>Verde</b>	Und	412	R\$ 409,00	R\$ 168.508,00	Ampla Participação
40	485842	<b>MESA RETANGULAR,</b> <b>medidas aproximadas:</b> <b>de 200cm de</b> <b>comprimento por 100cm</b> <b>de largura com altura</b> <b>total de 80cm com</b> <b>tampo de 20mm de</b> <b>madeira multilaminada</b> <b>de primeira linha com 4</b> <b>pés de madeira de</b> <b>primeira linha de 78cm</b> <b>de altura de 6x6cm de</b> <b>grossura unidos por 4</b> <b>travessas de madeira de</b> <b>primeira linha de</b> <b>11x2cm com mais três</b> <b>travessas de reforço de</b> <b>6x2cm no meio da mesa</b> <b>pintada em verniz na</b> <b>cor a ser definida, com</b> <b>tampo de vidro</b> <b>temperado de 200cm de</b> <b>comprimento por 100cm</b> <b>de largura por 8mm de</b> <b>espessura.</b>	Und	88	R\$ 2.890,00	R\$ 254.320,00	Ampla Participação
41	481220	<b>MURAL COM PORTA</b> <b>E CHAVE – Moldura</b> <b>em alumínio, com 65</b> <b>mm de espessura e</b> <b>presilhas para fixação,</b> <b>80 mm profundidade.</b> <b>Fundo em celotex,</b> <b>próprio para uso de</b> <b>alfinetes, base de EVA</b> <b>10mm acrescido de</b> <b>feltro verde. Vidros de</b> <b>correr transpassados</b> <b>com fechadura tipo</b> <b>vitrine. Tapos PETG</b> <b>(inquebrável). Medidas</b> <b>aproximadas 1,20 m x</b> <b>2,00 m. Garantia 12</b> <b>meses.</b>	Und	75	R\$ 1.943,22	R\$ 145.741,50	Ampla Participação
		<b>POLTRONA</b> <b>(ASCENSORISTA) -</b>					



42	478449	Poltrona Giratória Espaldar Médio com Braços reguláveis. Base: Confeccionada com estrutura de cinco patas arqueadas, com 700 mm de diâmetro, em resina de engenharia poliamida (nylon 6), com fibra de vidro, alojamento para rodízios que dispensam o uso de buchas, rodízios duplos com rodas de 60 mm de diâmetro, eixo vertical em aço trefilado de 11 mm. Rodas duplas, unidas através de eixo horizontal em aço trefilado, com acabamento em nylon. Encosto: Confeccionado com chassi do encosto em material plástico de alta resistência e performance (PVC) na cor preta, provida de superfície estofada em espuma flexível, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura.	Und	79	R\$ 834,90	R\$ 65.957,10	ME/EPP
43	484134	PORTA PALETE, com 4 pares de longarinas com capacidade de carga mínima 400 Kg por plano de carga uniformemente distribuída, nas seguintes dimensões aproximadas: 2880 mm de comprimento X 1000 mm de profundidade X 2300 mm de altura total, planos de carga em madeira (aglomerado cru com 15 mm de espessura), montagem sem parafusos (sistema de encaixe inteligente), pintura especial epóxi, regulável em altura.	Und	169	R\$ 2.099,63	R\$ 354.837,47	Ampla Participação
		PROJETOR MULTIMÍDIA,					

44	602170	voltagem 100/240 v, frequência 50/60 hz, quantidade entrada rgb 1 un, quantidade entradas vídeo 3 un, tipo zoom manual, tipo teto e mesa, luminosidade mínima 3.400 lm, compatibilidade vídeo ntsc, sdtv, edtv, hdtv, tipo foco manual, tipo projeção frontal /retroprojeção/teto, resolução 1920 x 1080 full hd, contraste mínimo 16.000:1	Und	63	R\$ 15.586,22	R\$ 981.931,86	Ampla Participação
45	486517	PÚLPITO - em MDF 18mm, cor imbuia, medidas aproximadas 110x65x50cm, com 02 gavetas.	Und	42	R\$ 1.398,77	R\$ 58.748,34	ME/EPP
46	603220	PÚLPITO PORTATIL. Material: Acrílico. Espessura Do Tampo: 10 MM. Altura: 130 CM. Profundidade: 40 CM. Largura: 60 CM. Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão.	Und	48	R\$ 1.199,02	R\$ 57.552,96	ME/EPP
47	484050	QUADRO BRANCO imantado, tamanho aproximado 2 m X 1,2 m, com cantos arredondados, confeccionado em MDF, sobreposto por laminado melamínico, moldura em alumínio, fixação invisível em PS, com suporte para marcador e apagador.	Und	130	R\$ 941,90	R\$ 122.447,00	Ampla Participação
		ROUPEIRO de duas portas de correr de madeira Curupixa ou igual qualidade com correções metálicas, em chapas de madeira ripadas e chapeadas de 20mm, na tonalidade mogno, com encabeçado					

48	464238	e rodapé retos. Dimensões aproximadas de (l x h x p) 1,20m x 2,10 m x 0,60m. Com duas gavetas internas de 14,50cm, calceiro de metal para 12 calças e cabide metálico, o restante com prateleiras em madeira.	Und	28	R\$ 1.347,65	R\$ 37.734,20	ME/EPP
49	470185	<b>SOFÁ 01 (UM) LUGAR.</b> <b>Material Estrutura:</b> <b>Madeira Maciça.</b> <b>Material Estofamento:</b> <b>Espuma Poliuretano D28.</b> <b>Revestimento:</b> <b>Couro Sintético. Cor a ser definida (preto ou marrom escuro).</b> <b>Características Adicionais: Pés E Estrutura Em madeira.</b> <b>Quantidade Assentos: 1 UN. Largura: 76 CM. Profundidade: 70 CM. Altura: 70 CM.</b>	Und	61	R\$ 458,92	R\$ 27.994,12	ME/EPP
50	470186	<b>SOFÁ 02 (DOIS) LUGARES, com braço, revestida em couro sintético na cor a ser definida (preto ou marrom escuro), densidade: almofadas e densidades mínimas do assento D-28 e encosto D-14, almofadas do encosto fixas, pés em madeira, estrutura em madeira, base forrada, com braços. - medidas aproximadas: 85x114x65 cm (AxLxP). Garantia mínima: 6 meses.</b>	Und	70	R\$ 1.544,90	R\$ 108.143,00	Ampla Participação
		<b>SOFÁ MODELO 03 (TRÊS) LUGARES FIXO: - estrutura de madeira; - material em eucalipto e pinus; - assento com espuma D33 e braços em espuma D26; - acabamento na cor a ser definida (preto</b>					

51	611778	ou marrom escuro); - pés em madeira padrão. - percinta elástica; - encosto com almofadas fixas; - extremidades retas; - medidas aproximadas: 2760x950x860mm. Revestimento couro sintético.	Und	81	R\$ 1.522,43	R\$ 123.316,83	Ampla Participação
52	346754	<b>SUPORTE FIXAÇÃO PROJETOR</b> (data show) com base giratória (360°). Suporte de bandeja para projektor. Largura da bandeja ajustável entre 20 a 42 cm e altura da bandeja ajustável entre 7,5 a 13 cm, pintura eletrostática na cor branca, altura (entre o projektor e o teto) 22 cm, ajuste de inclinação horizontal e vertical do projektor de 10°, suporta até 10 kg. Com kit de parafusos e manual de montagem.	Und	62	R\$ 173,32	R\$ 10.745,84	ME/EPP
53	450792	<b>SUPORTE UNIVERSAL DE TV TRI-ARTICULADO,</b> com inclinação horizontal de até 180 graus (90 graus para a esquerda e 90 para a direita), com inclinação vertical de no mínimo 15 graus e com inclinação de nível de no mínimo 3 graus. Deve suportar no mínimo 34 kg, possuir um sistema de trava de segurança e um sistema de organizador de cabos. Acompanha os parafusos necessários para a fixação, suporte ajustável para TV de até 55 pol. Material: alumínio e aço carbono na cor preta.	Und	80	R\$ 136,66	R\$ 10.932,80	ME/EPP

54	608323	Conjunto mesa reta com balcão porta de correr 1,80m. Dimensões aproximadas: (altura x largura x profundidade) 76cm x 180,0cm x 170,0 cm x 70,0cm. Composição: tampo encabeçado de 50mm com borda de 2cm, pé painel em encabeçado de 40mm com borda de 1mm. Pés regulagem de altura.	Und	46	R\$ 2.199,98	R\$ 101.199,08	Ampla Participação
55	230968	Mesa com dimensões aproximadas (altura x largura x profundidade) 75,0 cm x 170,0 cm x 70,0 cm. Tampo encabeçado de 40mm. Pé painel em mdf 25mm. Retaguarda em mdp 15mm.	Und	61	R\$ 803,33	R\$ 49.003,13	ME/EPP
56	237344	Armario alto: medidas aproximadas (largura x altura x profundidade) 800mm x 1600mm x 400mm. Tampo 25mm com borda em abs de 1mm. Retaguarda bipartida em mdf de 9mm. Base, laterais, portas e prateleiras em mdppb 15mm com borda em pvc o,45mm. 2 portas, 2 prateleiras móveis e 1 fixa. 2 puxadores em pvc. 1 fechadura, 4 pés com ponteira niveladora. Dobradiças pivotantes.	Und	56	R\$ 736,97	R\$ 41.270,32	ME/EPP
57	408851	Armario baixo: 2 portas, 70 cm. Medidas aproximadas (altura x largura x profundidade) 68,5 cm x 89 cm x 38 cm. Base e tampo mdppb 15mm, laterais, portas e prateleiras em mdppb 15mm, retaguarda em mdf 9mm dupla face, sistema pivotante de	Und	61	R\$ 530,00	R\$ 32.330,00	ME/EPP

		portas, 1 prateleira fixa, 2 puxadores em pvc, 1 fechadura, 4 pés tipo u com ponteiras niveladoras.					
58	359764	Armário diretor: com 4 pastas suspensas, com tampo de 25mm, em melaminico, com 2 portas e fechadura. Medidas 1600x900x43,3.	Und	53	R\$ 1.325,00	R\$ 70.225,00	ME/EPP
59	276875	Longarina para auditórios - Cadeira Sobre Longarina – Material Assento E Encosto: Compensado Multilaminado, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido 100% Poliéster, Cor: Azul, Quantidade Assentos: 4, Características Adicionais: Com Prancheta Escamoteável Aglomerado Revestida.	Und	345	R\$ 1.149,98	R\$ 396.743,10	Ampla Participação

Para os itens que contenham em sua descrição a indicação “aproximado(a)”, será admitida variação percentual de até 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, sem prejuízo da aceitação do objeto.

1.1.1. Deverá ser apresentado junto a proposta, o catálogo do fabricante para comprovação de todos os itens

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses cotados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 Qualquer divergência que haja entre a descrição de um item no sistema Comprasnet e neste Termo de Referência, prevalecerá sempre a descrição do item neste Termo de Referência para fins, tanto de apresentação de proposta por parte do proponente quanto para a execução do serviço ou entrega do material. Com relação aos preços e as quantidades havendo alguma divergência entre o Sistema Comprasnet e o Termo de Referência, prevalecerá sempre o previsto no Sistema Comprasnet.

1.6. Estimativas de consumo individualizadas, da Unidade Gestora Gerenciadora/Participantes: conforme Apêndice A.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.[A

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000362/2026

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2025;

III) Id do item no PCA: 200;

VI) Classe/Grupo: 7110

V) Identificador da Futura Contratação: 160413-23/2026

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. A contratada deverá atender as prescrições relativas ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª edição de outubro de 2025, no que se refere as características sustentáveis, tais como, Cadastro Técnico Federal, para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 23, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025; só será admitida a oferta do produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.3. A exigência do critério de sustentabilidade acima estabelecido visa atender ao disposto no art 5º da Lei nº 14.133 /2021, no tocante a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nesse sentido, acatou-se o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos – NESLIC, da Consultoria-Geral da União, quanto a exigência de registro do fabricante, distribuidor ou importador no Cadastro como forma de assegurar que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em Técnico Federal – CTF, razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

4.1.4. É necessário verificar se o fornecedor é fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou consumidor de recursos ambientais. No caso dos fabricantes, devem ser consultadas as Fichas Técnicas relacionadas à Indústria (categorias 2 a 16). Se os fornecedores forem distribuidores, devem ser consultadas as Fichas Técnicas da categoria 18 (Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio), principalmente as descrições sobre Depósitos, e da categoria 21. Caso sejam importadores, devem ser verificadas as categorias 18, principalmente as descrições referentes a Comércio, e a Categoria 21.

4.1.5. A Ficha Técnica, documento assinado eletronicamente pela Presidente do Ibama, comprova a obrigação ou dispensa de inscrição no CTF/APP, conforme disposto no art. 49 da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021.

4.1.6 Para produtos importados, necessária a apresentação de uma declaração emitida pelo licitante para confirmar a regularidade da mercadoria, incluindo informações sobre o importador, a origem e o fabricante.

4.2 Não serão exigidas amostras dos itens desta contratação.

### **Subcontratação**

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.5. Na presente licitação, **não** será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante no processo.

### **Margem de Preferência:**

4.6 O objeto da contratação não enquadra-se na margem de preferência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados no primeiro dia útil seguinte ao envio da Nota de Empenho ao fornecedor pela Administração, via e-mail cadastrado pelo fornecedor no SICAF, em remessa única, durante o horário de expediente, compreendido entre 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 hs de segunda-feira a quinta-feira, e das 08:30 às 11:30 hs na sexta-feira, mediante prévio aviso, ocasião em que, se for o caso, os bens serão encaminhados aos setores competentes.

5.1.1 É obrigação do fornecedor conferir seu e-mail para esse fim diariamente nos dias úteis.

5.2 O horário do expediente poderá sofrer alterações sem aviso prévio por parte da Contratante, neste sentido, é necessário que a Contratada realize o contato prévio com a Unidade Militar que realizou o pedido.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15 % (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 4 (quatro) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12 de janeiro de 2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

### **Documentos complementares**

9.21. Para fins de comprovação de enquadramento como ME/EPP, ou não enquadramento, todas as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial ou Declaração de Enquadramento do porte da empresa.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$11.309.236,89 (Onze milhões, trezentos e nove mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Conforme Art. 17. do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Estudos Técnicos Preliminares nº 03/2026;

APÊNDICE A – Quantitativo Estimado por Unidade Gestora Gerenciadora/ Participante;

APÊNDICE B – Relação dos Órgãos Partícipes;

APÊNDICE C – Quantitativo Mínimo e Máximo Estimado por Unidade Gestora Gerenciadora/ Participante;

APÊNDICE D – Quantitativo Estimado por Unidade Vinculada à B Adm Gu SM.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)*

#### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (*Nota de Empenho*), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

#### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado de manual do usuário, quando aplicável, ou de manual de montagem e /ou instruções de uso em língua portuguesa, bem como, quando couber, a relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

*5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

*5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

*5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

*5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Just Federal em Santa Maria- RS. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais

anexos a que se refere o Pregão nº 90003/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HEITOR LUIZ DESSOY**

Integrante da Área Administrativa



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 11:19:12.*

**LETICIA SILVA DA SILVA**

Integrante da Área Administrativa



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 11:13:45.*

**DIONISIO MEIRA ZAMBRA**

Integrante da Área Requisitante

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 11. APENDICE A- TR - QUANTITATIVOS.pdf (412.73 KB)
- Anexo II - 12. APENDICE B -TR - RELACAO ORGAOS PARTICIPES.pdf (110.23 KB)
- Anexo III - 13. APENDICE C - TR - QUANT MINIMO MAXIMO.pdf (696.3 KB)
- Anexo IV - 14. APENDICE D - TR- QUANTITATIVOS BASE + OMV.pdf (457.13 KB)